

O impacto do Bolsa Família na inclusão educacional: análise da matrícula escolar em Minas Gerais/ *The impact of the Family Scholarship Program on educational inclusion: analysis of school enrollments in Minas Gerais State*

MURILO FAHEL*
MARIANA CANAAN**
BRUNO CABRAL***
MATHEUS BAHIA****

Resumo: O presente artigo discute os impactos do Programa Bolsa Família (PBF) sobre a matrícula escolar dos beneficiários entre 6 e 17 anos no estado de Minas Gerais. O método utilizado na investigação foi o Propensity Score Matching que consiste na seleção e comparação de um grupo de controle e um grupo de tratamento que se diferenciam em relação às variáveis observáveis apenas no fato de receberem ou não o benefício. A pesquisa observou que o PBF de fato aumenta a matrícula escolar dos beneficiários, principalmente dos adolescentes entre 15 e 17 anos, dos negros, dos moradores da área rural e das crianças e jovens do sexo masculino – grupos tradicionalmente com maiores taxas de reprovação e abandono.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; matrícula escolar; Propensity Score Matching, Minas Gerais.

Abstract: This article discusses the impacts of the Family Scholarship Program (PBF) on school enrollment of beneficiaries between 6 and

* Doutor em Sociologia pela UFMG e Professor da Fundação João Pinheiro. E-mail: murilofahel@yahoo.com.br.

** Socióloga e Mestranda em Educação na UFMG . E-mail: mari_canaan@yahoo.com.br.

*** Sociólogo e Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. E-mail: brunocabral@gmail.com.

**** Sociólogo e Bacharel pela UFMG . E-mail: matheusbahia@gmail.com

17 years old in the state of Minas Gerais. The method used in the investigation was *Propensity Score Matching* that consists of selecting and comparing a control group and a treatment group that differ with respect to observable variables only in the fact of receiving the benefit or not. The survey noted that the PBF actually increases the enrollment of beneficiaries, especially of adolescents between 15 and 17 years old, blacks, residents of rural areas, boys and young men – groups with traditionally higher rates of repetition and dropout.

Keywords: Family Scholarship Program; school enrollment, Propensity Score Matching, Minas Gerais State.

Introdução

A análise da correlação entre a inclusão escolar e o incentivo seletivo proporcionado pela transferência de renda do Programa Bolsa Família ganha relevância na agenda das políticas sociais, apesar da propalada universalização do Ensino Fundamental no Brasil. O que ocorre é que crianças e jovens que se encontram fora das escolas ou com dificuldades de permanência compõem os estratos populacionais mais vulneráveis em função da sua condição socioeconômica de extrema pobreza, constituindo-se como o público-alvo preferencial dos programas sociais focalizados como o Bolsa Família.

Há uma urgência de superar a histórica incapacidade dos governos de garantir padrões mínimos de segurança educacional à população pobre, por meio da promoção do acesso à escola. A solução transitória proposta pelos programas de transferência condicionada de renda (PTCRs) é a garantia da segurança alimentar com possíveis efeitos na redução da pobreza e produção de atributos cognitivos por meio da inserção e permanência dos beneficiários na escola. A perspectiva de mobilidade social e ocupacional dos beneficiários pode ganhar maior viabilidade em função das capacidades e habilidades adquiridas na trajetória escolar com um impacto significativo no processo de quebra da pobreza intergeracional.

Os PTCRs consistem na transferência direta de renda a famílias que se encontram abaixo da linha de pobreza, exigindo-se destas, em contrapartida, o cumprimento de certas condicionalidades como, por exemplo, a manutenção das crianças na escola. Estes programas objetivam em curto prazo aliviar a pobreza e, em longo prazo, devido ao cumprimento das condicionalidades, a quebra do ciclo intergeracional da pobreza.

Dentre os programas de transferência condicionada de renda do Brasil, o Programa Bolsa Família (PBF) é atualmente o de maior abrangência, beneficiando mais de 12 milhões de famílias em todo o país (MDS, 2011). Criado em 2003, o BF é dirigido a famílias que possuem uma renda mensal *per capita* de até R\$ 140,00.¹ Além disso, o recebimento do benefício está vinculado ao cumprimento de determinadas condicionalidades na área da educação e da saúde, tais como:

- Acompanhamento do cartão de vacinação das crianças menores de 7 anos.
- As mulheres na faixa de 14 a 44 anos, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê.
- Todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar matriculados e possuir frequência escolar mensal mínima de 85%. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social (2010) estas condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos

¹ O valor do benefício varia de acordo com a renda familiar per capita e com a composição do domicílio. Atualmente, famílias com renda mensal per capita entre R\$ 0,00 e R\$ 70,00, consideradas em extrema pobreza, recebem uma transferência equivalente a R\$ 70,00, independentemente de sua composição. Famílias com renda mensal per capita entre R\$70,01 e R\$ 140,00 apenas são elegíveis se tiverem crianças entre 0 e 17 anos e/ou gestante. Para cada criança entre 0 e 15 anos o benefício é de R\$32,00, até o máximo de 3 crianças, e de R\$38,00 para jovens entre 16 e 17 anos, atendendo, no máximo, 2 jovens. Os jovens entre 16 e 17 anos começaram a ser beneficiados pelo programa apenas em 2008. Dessa forma, o benefício máximo de uma família é de R\$242,00.

e contribuem para que as famílias consigam romper, via educação, o ciclo de pobreza entre gerações. Entretanto, diferentes estudos – que serão apresentados a seguir – questionam vários aspectos dessas condicionalidades, principalmente daquelas referentes à educação. Dentre as limitações apontadas pelos pesquisadores, destacam-se a baixa focalização dos PTCRs em relação à educação – que atinge primordialmente aquele grupo (faixa etária de 7 a 14 anos) que já frequenta a escola – e a má qualidade das escolas públicas, que dificulta a apreensão dos conteúdos correspondentes a cada nível de ensino e, conseqüentemente, a superação – via educação – do quadro de pobreza das futuras gerações.

Considerando as questões supracitadas, o presente artigo fará uma análise do impacto do Programa Bolsa Família em Minas Gerais, e dos seus efeitos sobre a matrícula escolar de crianças e jovens entre 6 e 17 anos, desagregados por idade, sexo, raça/etnia e situação censitária. Vale ressaltar que esse estudo compõe o escopo de uma investigação mais ampla – desenvolvida pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro – intitulada Avaliação de Programas de Transferência Condicionada de Renda em Minas Gerais: efeitos sinérgicos sobre o acesso aos serviços públicos de saúde e educação.

A Educação no Brasil e em Minas Gerais

Uma das características tradicionais do sistema educacional brasileiro se refere ao descompasso entre acesso e qualidade. Enquanto as taxas de matrícula têm experimentando um crescimento expressivo nas últimas décadas, os indicadores relacionados à qualidade do ensino não parecem avançar no mesmo ritmo. Atualmente a taxa líquida de matrícula² para o Ensino Fundamental (EF) é de 91,1% (IBGE, 2010), apontando em direção à universalização do acesso. O Ensino

² “Taxa que expressa o número de crianças matriculadas em um nível de ensino, que pertencem ao grupo etário correspondente ao nível de ensino em questão, dividido pela população total do mesmo grupo etário” (INEP, 2001).

Médio (EM), apesar de enfrentar dificuldades para alcançar índices mais elevados, também tem passado por uma grande expansão, saindo de uma taxa líquida de 32,7% em 1999 para 50,9% em 2009 (IBGE, 2010). No entanto, quando analisados a luz do rendimento mensal familiar dos alunos, por exemplo, esses dados evidenciam uma grande desigualdade educacional, pois a taxa líquida de matrícula de jovens entre 15 e 17 anos que se encontram no 1º quintil de renda é de apenas 32%, já a taxa daqueles que se encontram no 5º quintil é de 77,9% (IBGE, 2010).

A evidente desigualdade no acesso a educação também se reproduz nos índices que apontam para a qualidade do ensino. A nota média das escolas públicas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é bem inferior à das privadas, “os alunos que terminam o Ensino Médio na escola pública demonstram, no seu conjunto, uma proficiência esperada para alunos da oitava série” (SOARES, 2004, p. 155). Esse quadro se torna bastante dramático se levarmos em conta que 90% dos alunos da educação básica estão matriculados na rede pública de ensino.

Além disso, a deficiência na qualidade do ensino contribui para uma expressiva evasão no sistema público – por volta de 4% no Ensino Fundamental e 12% no Ensino Médio, em contraposição a 0,1% e 6,2%, respectivamente, nas escolas privadas – e repetência – 12% no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, enquanto no sistema privado esses índices são de 3,4% e 6,2% (INEP, 2009).

O cenário educacional observado em Minas Gerais não diverge muito do contexto nacional. A taxa de escolarização líquida para o Ensino Fundamental é de 93,4% e do Ensino Médio é de 54,4% (IBGE, 2010). Acompanhando a tendência do restante do país, em Minas a grande maioria dos alunos pertence à rede pública de ensino, de tal forma que 91% dos alunos do Ensino Fundamental e 87,8% do Ensino Médio estão ali matriculados. A taxa de reprovação no Ensino Fundamental nessas escolas é de 9% e no Ensino Médio

é de 15%, já nas escolas privadas essas taxas são de 3,4% no EF e 7% no EM. A taxa de abandono, por sua vez, é de 2% no Ensino Fundamental e de 6% no Ensino Médio do sistema público, na rede privada estes percentuais são de 0,1% para o EF e de 0,6% no EM (INEP, 2009). Tanto no Brasil, como em Minas Gerais, as taxas de evasão e reprovação tendem a aumentar a partir da quinta série, intensificando-se no 1º ano do Ensino Médio (cf. Tabela 1).

Tabela 1 – Taxa de reprovação e abandono – Brasil e Minas Gerais-2009

		Taxa de reprovação		Taxa de evasão	
		Brasil	Minas Gerais	Brasil	Minas Gerais
Ensino Fundamental	Ano Inicial	3.0	1.6	2.1	0.9
	1ª Série	11.0	1.6	2.6	0.8
	2ª Série	12.8	10.1	2.1	0.7
	3ª Série	8.7	4.2	2.1	0.9
	4ª Série	8.7	6.2	2.2	0.9
	5ª Série	16.5	16.4	5.8	4.7
	6ª Série	13.6	13.7	5.0	2.7
	7ª Série	11.5	12.0	4.9	5.1
	8ª Série	11.1	13.9	5.2	4.2
Ensino Médio	1º ano	17.3	16.8	14.1	11.6
	2º ano	11.3	10.1	10.6	8.9
	3º ano	7.4	8.4	8.4	6.8
	4º ano	3.4	2.0	6.0	8.6
	Não Seriada	9.2	7.0	13.6	14.2

Fonte: Sinopse Estatística INEP/MEC-2009

A nota média das escolas mineiras no Ideb³ é melhor que a nota geral das escolas brasileiras, entretanto, o desempenho dos alunos

³ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador da qualidade da educação desenvolvido pelo Ministério da Educação. Seus valores variam de 1 a 10. Esse índice sintetiza duas dimensões igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep: o Saeb e a Prova Brasil. O objetivo do MEC é que o Brasil alcance a nota 6, no Ensino Fundamental I, até 2022.

ainda está abaixo do desejado (cf. Tabela 2), pois apesar de Minas Gerais estar entre os estados da Federação com a melhor nota no Ideb, ainda não alcançou a nota seis, que representa a meta estipulada pelo governo para as escolas públicas do país.

Tabela 2 – Indicador de qualidade do ensino no Brasil e em Minas Gerais-2009

Avaliação	Série avaliada	Minas Gerais	Brasil
IDEB	Ensino Fundamental – anos iniciais	5,6	4,6
	Ensino Fundamental – anos finais	4,3	4,0
	Ensino Médio	3,9	3,6

Fonte: IBGE, 2010.

Como pôde ser visto, o ensino brasileiro – principalmente a rede pública – ainda apresenta inúmeras deficiências, no entanto, na última década observou-se avanços significativos, principalmente em termos de investimento, qualificação dos professores, redução na taxa de analfabetismo e aumento na taxa líquida de matrícula.⁴

O efeito escola do Programa Bolsa Família: o debate nacional

O Programa Bolsa Família foi criado com o objetivo de combater a pobreza no Brasil. A transferência direta de renda visa, em curto prazo, aliviar o estado de pobreza das famílias em situação de vulnerabilidade social garantindo o acesso a uma condição mínima de segurança alimentar. Por outro lado, as condicionalidades em relação à escolarização das crianças foram pensadas como uma forma, em longo prazo, de romper o ciclo intergeracional de pobreza. De que forma ocorreria essa ruptura via educação? O benefício auxiliaria na inserção e na permanência na escola de crianças em situação de vulnerabilidade social, que, sem esse auxílio, tenderiam a evadir

⁴ INEP/MEC. Sistema de Estatísticas Educacionais. Disponível em: <<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br>>. Acessado em: 24/04/2011.

da escola e ocupar, futuramente, postos pouco qualificados e mal remunerados no mercado de trabalho, como afirmam Aguiar e Araújo (2002, p. 35):

Os beneficiários são crianças de famílias muito pobres, que se evadiriam do sistema escolar sem a bolsa mensal, mantendo a mesma baixa escolaridade dos pais e, conseqüentemente, no futuro ingressando no mercado de trabalho, na melhor das hipóteses, nas mesmas condições da maioria de suas famílias. A lógica é elevar o grau de escolaridade das crianças para aumentar e mesmo equilibrar as oportunidades.

Assim, o que o Programa supõe é que ao garantir a permanência dessas crianças na escola, elas desenvolveriam habilidades/competências essenciais para a obtenção de trabalhos qualificados e melhor remunerados no mercado de trabalho e, assim, romperiam o ciclo intergeracional da pobreza. Neste trabalho nos deteremos apenas aos debates relativos às condicionalidades ligadas à educação e seus possíveis efeitos, diretos e indiretos, assim como algumas alterações que o programa sofreu nos últimos anos em função de questões colocadas em pauta.

Romero e Hermeto (2009) observaram que, em 2005, os beneficiários de 7 a 14 anos evadiam e faltavam menos às aulas que os não beneficiários – em lugares onde a oferta de escolas é menor esta diferença entre beneficiários e não beneficiários é ainda maior, como é o caso da área rural do Nordeste (cf. DUARTE; NETO, 2008) – entretanto, a proporção de beneficiários aprovados era menor que a de não beneficiários. Quando esses dados são desagregados por sexo e região do país os valores se alteram. Assim, de maneira geral, 89,73% dos beneficiários não haviam faltado nenhum dia de aula no mês de referência da Pesquisa AIBF 2005 do Cedeplar/UFMG, entre os não beneficiários apenas 86,01% possuíam a mesma frequência. Entretanto, quando se analisam esses dados de acordo com o sexo, observa-se que essa diferença na frequência escolar só é estatisticamente significativa a um nível de confiança de 95% para as crianças do sexo feminino. Em relação à evasão, apenas 1,05% dos

beneficiários abandonou a escola, em contraposição a 2,12% dos não beneficiários. Quando se desagregam esses dados pelo sexo, nota-se que a diferença só é estatisticamente significativa para as crianças do sexo masculino. Já a proporção de beneficiários aprovados é de 82,81% em contraposição a 87,33% dos não beneficiários, uma diferença de 4,52 pontos percentuais a favor dos não beneficiários. Ao se desagregar por sexo, a diferença só é estatisticamente significativa no caso dos meninos. Essa pesquisa indica um efeito positivo do BF sobre a permanência dos beneficiários na escola, entretanto, aponta para uma maior dificuldade dos meninos beneficiários em serem aprovados. Uma das hipóteses levantadas para explicar esse resultado é a da maior vulnerabilidade dos atendidos pelo BF. Apesar do estudo parear beneficiários com não beneficiários (elegíveis ao programa), os beneficiários seriam os mais pobres entre os pobres. Essa maior vulnerabilidade teria efeitos negativos sobre o desempenho escolar. Acredita-se que o recebimento do benefício por um tempo maior poderia reverter essa situação:

Em ambos os indicadores, progressão e repetência, poderíamos interpretar esta diferença como desfavorável aos beneficiários do Programa Bolsa Família. Entretanto, há que se ter cautela nesta interpretação, pois o simples fato de que estas crianças beneficiárias do programa estão evadindo menos, ou seja, permanecendo no sistema escolar de um ano para o outro, pode estar levando a uma diminuição da aprovação e ao aumento da reprovação em um primeiro momento. O acompanhamento e a avaliação em pontos subsequentes no tempo podem mostrar evidências diferentes (BRASIL, 2007, p. 14).

Na segunda rodada da pesquisa AIBF 2010 (MDS, 2010), observou-se que o programa continuou a impactar positivamente a frequência escolar de crianças e jovens entre 6 e 17 anos (os jovens entre 16 e 17 anos só foram incluídos no programa em 2008, por isso não participaram da 1ª rodada da AIBF). A diferença na frequência escolar entre beneficiários e não beneficiários é de 4,4 pontos percentuais. Na região Nordeste essa diferença chega a 11,7 pontos percentuais. Nota-se um efeito positivo também na aprovação escolar,

os beneficiários têm uma aprovação 6 pontos percentuais acima dos não beneficiários. Entre as meninas de 15 e 17 anos a diferença se torna ainda maior. Entre as meninas de 15 anos a diferença é de 19 pontos percentuais a favor dos beneficiários, entre as meninas de 17 anos essa diferença chega a 28 pontos percentuais.

Outra pesquisa, realizada pelo MEC (Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, 2010), utilizando o Educacenso e o Sistema de Presença do próprio MEC, observou resultados diferentes para crianças de 6 a 14 anos e para jovens entre 15 e 17 anos. O MEC (2010) encontrou uma diferença de 1,8 ponto percentual em favor da aprovação dos *não beneficiários* entre as crianças de 6 a 14 anos, enquanto 82,3% dos não beneficiários foram aprovados no ano anterior, entre os beneficiários esse percentual foi de 80,5%. Por outro lado, a aprovação dos beneficiários (81,1%) entre 15 e 17 anos foi 8,5 pontos percentuais superior a aprovação dos não beneficiários (72,6%).

Oliveira e Duarte (2005) e Reimers et al. (2006) questionam o fato do Programa Bolsa Família (assim como quase todos os PTCRs na América Latina) assumir que a participação dos alunos na escola é uma condição suficiente para a aprendizagem, sem considerar o que realmente acontece no interior da escola, principalmente ao se observar a baixa proficiência dos estudantes das escolas públicas brasileiras, segundo Oliveira e Duarte (2005, p. 294):

Apesar de esses programas, no Brasil, estarem diretamente associados à educação, este aspecto tem sido traduzido somente na cobrança da frequência às aulas, o que pode ser eficaz no sentido de retirar as crianças das ruas, pelo menos por um período do dia, mas não altera o quadro de pobreza das futuras gerações, via educação, como foi apontado.

Partindo desta mesma constatação, Simon Schwartzman (2009) defende que programas como Bolsa Família não deveriam possuir condicionalidades, deveriam apenas garantir a transferência de renda àqueles que se encontram em situação de pobreza, uma vez que estas

condicionalidades não estão conjugadas com uma política educacional de melhoria da qualidade de ensino:

(...) é equivocada a ideia de que os problemas da educação brasileira são de demanda. Todas as pesquisas mostram que a população valoriza muito a educação, e de fato a permanência das pessoas nas escolas vem aumentando ano a ano, independentemente da existência ou não de bolsa escola ou subsídio semelhante. Os problemas da educação estão do lado da oferta – a má qualidade das escolas públicas, os problemas de recrutamento e formação de professores, a ignorância em relação aos métodos de ensino mais apropriados etc. O mesmo pode ser dito em relação à saúde. Havendo boas escolas e serviços de saúde acessíveis, a população naturalmente buscará estes serviços (SCHWARTZMAN, 2009, p. 3).

As condicionalidades do Programa Bolsa Família

As condicionalidades do BF estão entre os pontos mais polêmicos do programa. Há aqueles que defendem que as condicionalidades são muito importantes ou até mais importantes que a própria transferência de renda, pois são elas que reforçam o direito da criança à educação, ao mesmo tempo que permite a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza. Há uma cobrança por parte dos que defendem essas condicionalidades para que o governo fiscalize com mais rigor o cumprimento dessas contrapartidas e, alguns, até sugerem a criação de outras condicionalidades ou de outros estímulos (por exemplo, um bônus pelo desempenho). Por outro lado, há aqueles que acham que o objetivo principal do BF é o da proteção social, e ao se cobrar excessivamente contrapartidas o objetivo principal se atenua, uma vez que as famílias mais vulneráveis são, provavelmente, as que terão mais dificuldades em cumprir contrapartidas mais rigorosas, segundo Soares e Sátyro (2009, p. 15):

Obrigatório ou não, o cumprimento dessas contrapartidas por parte das famílias que vivem em situação de extrema vulnerabilidade social e de renda não é tão simples formalidade e a institucionalidade é mais

frágil. Vivem longe das escolas e dos postos de saúde. Frequentemente vivem além do alcance dos correios. Supõe-se, portanto, que o Estado deva entrar cumprindo seu dever constitucional de criar condições para que as famílias façam a parte que lhes cabe.

Nota-se uma mudança clara por parte do Estado quanto à cobrança do cumprimento das condicionalidades. De acordo com TCU (2005) e Soares e Sátyro (2009) até setembro de 2006 não havia uma fiscalização efetiva das contrapartidas. A partir de outubro desse mesmo ano, o MDS, o MEC e o Ministério da Saúde implementaram um sistema de acompanhamento do cumprimento das condicionalidades que está em constante aperfeiçoamento.⁵ Enquanto em novembro de 2006 apenas 62,8% dos beneficiários eram fiscalizados em relação ao cumprimento das contrapartidas, em novembro de 2009 esse percentual já era de 89,6% para as crianças entre 6 e 14 anos e de 79,5% para os jovens entre 15 e 17 anos.

A fiscalização do cumprimento das condicionalidades educacionais é feita pelas Secretarias Municipais de Educação e pelo MEC. Uma lista gerada a partir do cadastramento das famílias (através do CadÚnico) com o nome dos beneficiários e seu respectivos “Números de Informação Social” (INS) é repassada pelo MEC às escolas para que as diretoras informem às Secretarias Municipais de Educação a frequência escolar dos beneficiários. Essas informações são repassadas posteriormente ao MEC e ao MDS. Esse processo é realizado bimestralmente, com exceção do período de férias escolares. Junto a frequência escolar vem o motivo da falta, caso ela tenha ocorrido. Caso o motivo seja justificável (doença do aluno; óbito na família; inexistência de oferta do serviço educacional; impedimento de acesso à escola; e inexistência de atendimento para pessoa com

⁵ “Em 2006, o MEC construiu e disponibilizou aos estados e municípios o novo sistema de acompanhamento da frequência escolar do PBF, o Sistema Presença. O novo sistema caracteriza-se pela fácil operacionalização e dispensa o uso de aplicativos, uma vez que foi construído em plataforma web. Entre as inovações apresentadas, destaque para os registros on-line e pela possibilidade que se abriu em descentralizar o registro das informações até a unidade escolar, com a criação do perfil “operador diretor de escola”. O Sistema Presença possui mais de 22 mil usuários cadastrados em todo o país” (CURRALERO et al., 2010, p. 163).

deficiência) nenhuma sanção é sofrida. Se o motivo é desconhecido ou não justificável, providências são tomadas. De acordo com Currello et al. (2010, p. 151):

Do total de 14,3 milhões de crianças e adolescentes acompanhados bimestralmente pela área de educação, menos de 3%, em média, apresentam frequência escolar inferior ao estipulado pelo PBF, e deste total, cerca de 70% (atualmente em torno de 300 mil registros) têm implicação direta em descumprimento para as famílias, ou seja, não se referem aos motivos identificados acima.

Em caso de descumprimento das condicionalidades, a família recebe advertências e é submetida a diversas avaliações que podem ocasionar a suspensão temporária do benefício – após um ano de descumprimento das contrapartidas, o benefício é cancelado e repassado a outra família. O que se observa na Tabela 3 é que de todas as famílias advertidas até o final de 2008, apenas 4,5% chegaram a perder o benefício, “algo em torno de 4% das 2,5 milhões de famílias desligadas por todas as razões até o final de 2008. No entanto, para quem tem uma visão de proteção social do PBF, as medidas tomadas são draconianas” (SOARES; SÁTYRO, 2009).

Tabela 3 – Famílias alvos de avisos ou sanções

Ação	Número de famílias	Percentual
Advertência	2.092.394	100,00%
Bloqueio	765.011	36,60%
1ª Suspensão	339.205	16,20%
2ª Suspensão	149.439	7,10%
Cancelamento	93.231	4,50%

Fonte: SOARES e SÁTYRO, 2009.

Junto com o aumento da fiscalização houve o fortalecimento do Sistema de Gestão das Condicionalidades do PBF (Sicon). Esse sistema permite a identificação das famílias com dificuldade em

cumprir as condicionalidades do programa, ao mesmo tempo em que facilita a realização de ações socioassistenciais junto a elas. Esse sistema abriu a possibilidade para que as famílias, em situação de maior vulnerabilidade social, não percam o benefício por não conseguirem cumprir as contrapartidas – pois o técnico responsável pelo acompanhamento da família pode optar por interromper as sanções pelo não cumprimento – além de facilitar o acesso dessas famílias aos serviços de assistência social, saúde e educação. As famílias do PBF em situação de descumprimento das condicionalidades são atendidas e acompanhadas pelas equipes de assistência social dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas) através do Programa de Atenção Integral à Família (Paif). A ideia desse acompanhamento é diagnosticar as principais necessidades da família, eleger as intervenções mais efetivas, e acompanhar e avaliar o impacto dessas intervenções nas famílias.

Ainda que o PBF tenha avançado na direção do atendimento especial àquelas famílias que se encontram em maior situação de vulnerabilidade social, o programa esbarra em problemas enfrentados pelos Cras. Esses centros de referência têm experimentado uma forte expansão pelo país – estão presentes atualmente em mais de 80% dos municípios brasileiros – no entanto, vários deles contam com a insuficiência de recursos humanos; de capacitação; de espaço físico adequado; de recursos financeiros e materiais – incluindo equipamentos, tais como computador, ventiladores, telefone, fax, e outros de acesso à internet e rede de informática (TEIXEIRA, 2010; CASTRO, 2008).

Assim, o que grande parte desses trabalhos aponta é que apesar do BF aumentar a permanência dos beneficiários na escola – que é, afinal, o objetivo principal das condicionalidades – principalmente entre aqueles grupos onde o custo da escolarização é maior (homens, jovens entre 15 e 17 anos, moradores da área rural), ele possui várias fragilidades para uma política que se propõe, em

longo prazo, superar o ciclo intergeracional da pobreza. Por outro lado, observam-se mudanças no BF na tentativa de superar algumas das fragilidades relacionadas, por exemplo, ao acompanhamento e direcionamento das famílias que apresentam dificuldades em cumprir as condicionalidades.

Material, método e técnicas

O objetivo desse estudo é analisar o impacto do Programa Bolsa Família na escolarização dos beneficiários. Para esta análise foi utilizado a PAD/2009,⁶ banco de dados da FJP sobre a população de Minas Gerais. Como as condicionalidades de educação se estendem apenas às crianças e jovens entre 6 e 17 anos, selecionou-se apenas aqueles casos que se enquadravam nesta faixa etária, além de selecionar apenas as crianças e jovens que pertenciam a famílias com renda per capita de até R\$140,00 (faixa de elegibilidade do BF). No total utilizou 4.196 casos do banco de dados.

A amostragem da PAD é por domicílios, ou seja, as informações coletadas sobre os programas sociais se referem à presença ou não de algum beneficiário no domicílio. Isto gera um problema em relação aos domicílios compostos, onde não é possível identificar qual das famílias recebe o benefício. Para fins deste artigo, foi utilizada uma subamostra da PAD, que excluiu estes domicílios, assim como os pensionistas, empregados domésticos e seus parentes, uma vez que considerá-los poderia superestimar o número de beneficiários do Bolsa Família.

Para análise dos efeitos do Programa Bolsa Família na escolarização dos beneficiários será adotado um procedimento de

⁶ A amostra da PAD/MG é composta por 18 mil domicílios, em 308 municípios de Minas Gerais. A amostra é representativa para os seguintes extratos: zona urbana/rural; Região Metropolitana/ Não Metropolitana; Regiões de Planejamento; Belo Horizonte/Demais municípios de Minas Gerais e Mesorregiões de Minas Gerais. Os dados foram coletados entre junho e novembro de 2009. As informações da PAD foram agrupadas em oito seções: características do domicílio, características dos moradores, educação, saúde, trabalho, rendimentos, gastos e juventude.

avaliação *ex-post*, na medida em que as ações dos programas já estão concluídas. Ou seja, como as famílias pesquisadas já recebiam o benefício do BF, não havia dados para uma comparação de como eram suas oportunidades educacionais anteriormente a sua inserção no programa. Diante da impossibilidade de se trabalhar com um método experimental, lançou-se mão de uma metodologia quase-experimental que consiste na comparação das famílias beneficiárias com outras que apresentam características socioeconômicas parecidas. Nesse caso, a seleção do grupo de comparação e do grupo participante ocorre por meio do pareamento entre as pessoas que participam do programa (beneficiários) e pessoas que não participam (não beneficiários), mas que teriam probabilidade semelhante de participar. A probabilidade de cada indivíduo participar é calculada através de características observáveis conhecidas por influenciar o recebimento do BF e/ou impactar a variável dependente (matrícula e frequência escolar), tais como: escolaridade dos pais, sexo, raça, renda familiar *per capita* etc. Assim, optou-se pela técnica do Propensity Score Matching-PSM, em virtude da sua robustez estatística e da sua larga preferência acadêmica para essa modalidade de estudo.

Propensity Score Matching

O Propensity Score Matching consiste na seleção e comparação de um grupo de controle e um grupo de tratamento que se diferenciam em relação às variáveis observáveis apenas no fato de receberem ou não o BF. Através da realização de uma regressão logística (cuja variável dependente é se recebe ou não o benefício do BF) resume-se um conjunto de características em um escore (pontuação), que reflete a probabilidade do indivíduo de receber o BF. Posteriormente, compara-se um indivíduo que recebe o tratamento com outro que não recebe, mas que possua um escore próximo. Existem vários métodos de emparelhamento (agrupamento) dos indivíduos com base no *propensity score*, utilizar-se-á neste trabalho o método do vizinho mais próximo (*nearest neighbours*), de grupos e estratos (*stratification*) e

da função de densidade (Kernel). Optou-se pela utilização dos três métodos como uma forma de agregar robustez à análise, já que cada método computa o efeito médio do tratamento sobre os tratados (no caso, beneficiários do BF) de forma diferente. De acordo com Becker e Ichino (2002):

- O método de pareamento a partir de estratos e grupos divide os *propensity scores* em blocos, de forma que os indivíduos tratados e os de controle possuam o mesmo *propensity score* médio. Em cada bloco calcula-se a diferença entre a média da resposta à variável dependente dos beneficiários e dos não beneficiários. O ATT final será a média do ATT de cada bloco ponderada pela porcentagem de indivíduos pertencentes ao grupo de tratamento nesse bloco. Como principal desvantagem deste método está a eliminação dos beneficiários ou não beneficiários que pertençam a blocos que não possuam indivíduos dos dois grupos: de tratamento e de controle.
- Por sua vez, o método de pareamento pelo vizinho mais próximo procura para cada observação submetida ao tratamento uma observação do grupo de controle com o *propensity score* mais próximo. Após a realização do emparelhamento, calcula-se a diferença na resposta das observações de cada um desses agrupamentos. O ATT final é a média dessas diferenças. Apesar deste método não excluir nenhuma observação, como o método de estratificação, o indivíduo do grupo de controle com o *propensity score* mais próximo ao do grupo de tratamento pode não ser tão próximo assim.
- Por fim, destaca-se o método de pareamento de *kernel*, que oferece uma resposta um pouco diferente à do vizinho mais próximo ao problema da possível distância entre os *propensity score* de cada dupla de observações (de tratados e de controles). Assim como o método do vizinho mais próximo, o método de Kernel emparelha os casos com *propensity scores* mais próximos em duplas. Entretanto, é atribuído um peso a

cada caso de controle inversamente proporcional à distância do seu *propensity score* em relação ao caso de tratamento.

Seleção de variáveis

Como se deseja encontrar um grupo de controle mais próximo possível do grupo de tratamento deve-se utilizar o máximo de variáveis que possam caracterizar o beneficiário, pois o ideal é que beneficiários e não beneficiários se diferenciem apenas pelo fato de um receber o BF e o outro não. Por outro lado, deve-se incluir também variáveis que possam ter impacto sobre matrícula (o aluno estava frequentando a escola no mês de referência da pesquisa?), pois o objetivo é observar apenas o efeito do BF sobre as variáveis dependentes. Entretanto, muitas vezes o *propensity score matching* exige que você retire algumas variáveis e perca um pouco o poder explicativo do modelo para conseguir o pareamento adequado dos casos (sem diferenças estatisticamente significantes entre tratados e controles).

As especificações finais dos modelos são obtidas por meio de várias tentativas a fim de se chegar a especificações menos parcimoniosas e que satisfaçam a hipótese do “equilíbrio” (*Balancing Hypothesis*) entre as variáveis incluídas no modelo. A adoção de um modelo menos parcimonioso justifica-se pelo fato de que quanto maior o número de variáveis incluídas, melhor será o pareamento realizado, já que quanto maior o número de características observáveis utilizadas, mais similares serão os indivíduos dos grupos de tratamento e controle (RESENDE; OLIVEIRA, 2008). Dentre as variáveis selecionadas a princípio para compor o modelo logístico – que resultou nos escores – foram utilizadas apenas vinte, divididas em quatro blocos.

Característica do chefe da família: as variáveis deste bloco são usualmente utilizadas em pesquisas sobre desigualdade social, uma vez que são estatisticamente correlacionadas à vulnerabilidade social

da família. Famílias mononucleadas ou chefiadas por mulheres ou por indivíduos que se autodeclararam negros têm maior probabilidade de se encontrar em situação de pobreza. Tal probabilidade é ainda mais acentuada quando o chefe da família possui baixa escolaridade, já que o nível educacional está diretamente correlacionado com a remuneração no mercado de trabalho. O fato do chefe da família estar ocupado ou não também está diretamente relacionado ao rendimento da família e às suas chances de se encontrar em situação de pobreza.

- Sexo_chefe – Sexo do chefe da família (0=feminino /1=masculino);
- Raça_chefe – Foi retirado do modelo por apresentar alta correlação com a raça/etnia da criança;
- Esc_chefe – Escolaridade do chefe da família (foram criadas dummies para Ensino Médio (ens_médio) e ensino superior (ens_sup), onde 0=não/1=sim);
- Ocupado – Se o chefe da família encontrava-se ocupado profissionalmente no momento da entrevista (0=desocupado/1=ocupado);
- Casado – Foi retirado do modelo por possuir alta correlação com sexo do chefe da família.

Características do beneficiário: as variáveis deste bloco estão intimamente associadas ao sucesso e ao fracasso escolar. Observa-se em vários estudos uma feminização da sala de aula, ou seja, as meninas possuem, em média, mais anos de estudo quando comparadas aos meninos, além de apresentarem taxas menores de repetência (CARVALHO, 2003). O mesmo pode ser observado no caso dos indivíduos brancos em relação aos negros (DAYRELL; GOMES, 2008). A reprovação, por sua vez, tende a ter um efeito desestimulante sobre a criança, favorecendo a evasão (LUZ, 2008), assim como o fato da criança ou jovem trabalhar. Diante disso, as variáveis selecionadas foram:

- Sexo – 0=feminino/1=masculino;
- Branco = Raça/etnia (0=não branco/1=branco);
- Idade – Variável quantitativa discreta, assume valores finitos;
- Idade2 – Idade quadrática;
- E02 – Trabalhou no mês de referência da pesquisa (1=não/2=sim);
- Filhos – Possui filhos vivos (0=não/1=sim).

Condições sociais: estas variáveis dizem respeito às condições socioeconômicas dos entrevistados e interferem diretamente na probabilidade de um indivíduo participar do programa ou não. Poderia se utilizar apenas renda *per capita*, entretanto, esta variável tende a ser superestimada por determinados grupos sociais e subestimada por outros. Na tentativa de garantir um grupo de controle o mais próximo possível do grupo de tratamento (beneficiários) também foram utilizadas outras variáveis que indicam a condição socioeconômica da família, como condições de moradia, bens de consumo e acesso a serviços básicos:

- Moradia – A casa é própria? (0=não/1=sim);
- Carro – Possui carros?
- PC – Possui computadores do tipo *desktop* ou de mesa?
- Tel – Possui telefone fixo?
- Ilum – Possui iluminação elétrica? (0=não/1=sim);
- Esgoto – Essa variável não foi utilizada por possuir alta correlação com situação censitária;
- Lixo – Essa variável não foi utilizada por possuir alta correlação com situação censitária;
- Água – Possui água canalizada? (1=sim/2=não)

Localização: estas variáveis dizem respeito à região de moradia do entrevistado. Regiões mais urbanizadas tendem a ter maior oferta de serviços de educação.

- IDH – O IDH da mesorregião (variável contínua);
- Zona – Situação censitária (0=rural/1=urbano).

Análise dos resultados

Conforme a Tabela 4, observa-se uma diferença estatisticamente significativa – a um nível de confiança de 99% – entre beneficiários e não beneficiários na proporção de matriculados na escola. A diferença na proporção de matriculados é de 2,1% a 2,6% a favor dos beneficiários.⁷ Esse percentual encontrado em Minas Gerais se aproxima do efeito do PBF para todo o Brasil. De acordo com o Inep (2001), o PBF elevou a matrícula dos beneficiários entre 1,8 e 4 pontos percentuais (dependendo do modelo utilizado). Não é surpresa o resultado semelhante, visto que, assim como no cenário nacional, a realidade mineira apresenta grandes disparidades regionais.

Tabela 4 – Efeito total do PBF na matrícula escolar de crianças e jovens entre 6 e 17 anos

	ATT	Erro padrão	T	Tratados	Controle
Vizinho M. P. (1) *	0.021	0.012	1.692	2138	814
Estratificação ***	0.026	0.009	3.019	2138	1461
Kernel (2) ***	0.023	0.009	2.628	2138	1461
Kernel (3) ***	0.022	0.009	2.407	2138	1461

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PAD/MG, 2009.

OBS: (1) Vizinho mais próximo com seleção aleatória; (2) Função de densidade normal; (3) Função de densidade Epanechnikov. Estatística t: >1,64 (90%)*; >1,96 (95%)**; >2,37 (99%***).

⁷ Utilizou-se o método conhecido como Rosenbaum bounds para testar a robustez dos resultados à presença de viés devido a uma covariável omitida. O objetivo desta análise é avaliar como uma variável não observável, que afeta tanto a participação no programa Bolsa-Escola como a frequência escolar, pode subestimar ou superestimar as conclusões a respeito do efeito do tratamento. Para a diferença na matrícula de beneficiários e não beneficiários o nível crítico de T é de 1,15. Segundo Diprete e Gangl (2004) é importante notar que estes resultados são considerados como os piores cenários. Cabe ressaltar que o valor de 1,15, por exemplo, não sugere necessariamente que não exista um efeito positivo sobre a matrícula escolar. De acordo com os autores, isso implica apenas que o intervalo de confiança para o efeito do tratamento irá incluir zero se a presença de viés de seleção levar a odds ratio de participação a diferir entre os grupos de tratamento e controle por um fator de 1,15.

Teoricamente, seria de se esperar efeitos diferenciados do PBF dependendo da faixa etária, da raça, do sexo ou do local de moradia dos beneficiários. No Ensino Médio a taxa de matrícula é menor que no Ensino Fundamental, e as taxas de reprovação e evasão são maiores. O custo de se manter na escola parece maior para os adolescentes, que muitas vezes acumulam reprovações, perdem o interesse pela escola, ou ingressam no mercado de trabalho em tempo integral. Entre negros e brancos observa-se uma diferença historicamente recorrente. Apesar dos anos de estudo da população brasileira ter aumentado de modo geral, a diferença entre anos de estudo de brancos e negros continua a mesma. Já a área rural convive com uma oferta menor de escolas e uma infraestrutura deficiente quando comparada com a área urbana. Essas são algumas das questões que já foram sobejamente tratadas por diferentes pesquisadores e que nos levou a analisar o efeito do PBF de forma desagregada por faixa etária, sexo, raça/etnia e situação censitária. Os resultados apontam que o efeito do PBF foi maior entre esses extratos mais atingidos pela reprovação e a evasão.

De acordo com a Tabela 5, nota-se que a diferença na matrícula escolar entre beneficiárias e não beneficiárias do sexo feminino não foi estatisticamente significativa a um nível de confiança de 95%. Entretanto, entre os meninos, uma diferença entre 3,7% e 4,3% a favor dos beneficiários foi estatisticamente significativa a um nível de confiança de 99%. O mesmo é observado em relação aos brancos e negros. Não houve uma diferença estatisticamente significativa entre beneficiários e não beneficiários que se autodeclararam brancos, entre os negros houve uma diferença entre 3,7% e 4%.⁸

Na área urbana, a diferença na matrícula escolar de beneficiários e não beneficiários encontra-se entre 1,3% e 3,1%, entretanto, esse resultado deve ser analisado com parcimônia, uma

⁸ As diferenças encontradas na matrícula escolar de beneficiários e não beneficiários brancos e do sexo feminino tiveram sua não significância confirmada nos testes de robustez, que sugerem não haver diferença entre os beneficiários e não beneficiários.

vez que o modelo não apresentou uma boa robustez.⁹ Na área rural essa diferença é muito maior, entre 5,2% e 6,3%. Por último, nota-se uma diferença estatisticamente significativa na matrícula escolar de beneficiários e não beneficiários entre 6 e 14 anos. Mesmo com a quase universalização do Ensino Fundamental, o PBF conseguiu ter um efeito entre 1,8% e 2,7% sobre a matrícula escolar. Entre os jovens de 15 a 17 anos esse efeito é maior e vai de 5,8% a 8,4%¹⁰, mas, novamente, o resultado tem que ser analisado com parcimônia, uma vez que o modelo não apresentou uma boa robustez.¹¹

Tabela 5 – Efeito total do PBF na matrícula escolar
Efeitos diferenciados

		ATT	Erro padrão	T	Tratados	Controle
Sexo	Feminino	0.00 – 0.0167	0.009 – 0.015	0.498 – 1.706	1079	422 – 719
	Masculino	0.037 – 0.043	0.011 – 0.019	1.980 – 3.464	1059	432 – 738
Raça/ etnia	Não branco	0.037 – 0.040	0.010 – 0.016	2.428 – 4.004	1565	549 – 897
	Branco	0.002 – 0.014	0.014 – 0.019	0.138 – 0.737	568	257 – 563
Situação censitária	Rural	0.052 – 0.063	0.019 – 0.032	1.640 – 3.117	579	191 – 278
	Urbano	0.013 – 0.031	0.009 – 0.014	1.291 – 2.240	1554	602 – 1170
Idade	Entre 6 e 14 anos	0.018 – 0.027	0.007 – 0.010	2.238 – 2.571	1711	649 – 2080
	Entre 15 e 17 anos	0.058 – 0.084	0.031 – 0.041	1.656 – 2.119	424	175 – 377

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PAD/MG, 2009.

⁹ Nível crítico de T igual a 1. Nesse caso deve-se considerar que o modelo pode estar superestimado e, portanto, pode não haver diferença entre beneficiários e não beneficiários moradores da área urbana no percentual de matriculados.

¹⁰ Os resultados dos testes de robustez sugerem que as diferenças na matrícula escolar de beneficiários e não beneficiários do sexo masculino, não brancos, moradores da área rural, entre 6 e 14 anos parecem ser robustas à presença de viés de seleção. No caso do sexo masculino, o nível crítico de T é de 1,15, no caso dos não brancos é de 1,25, no caso dos moradores da área rural é de 1,3, e no caso de crianças entre 6 e 14 anos esse nível crítico é de 1,2.

¹¹ Nível crítico de T igual a 1.

Conclusões

Esta pesquisa observou que o PBF de fato aumenta a matrícula escolar dos beneficiários em Minas Gerais, principalmente dos adolescentes entre 15 e 17 anos, dos negros, dos moradores da área rural e das crianças e jovens do sexo masculino – grupos tradicionalmente com maiores taxas de reprovação e abandono. O que esse estudo e outros veem mostrando é que o benefício do Bolsa Família por meio de sua condicionalidade educacional têm um efeito significativo na inclusão escolar e permanência dos beneficiários na escola. Entretanto, frequentar a escola não garante que o aluno aprenderá os conteúdos ensinados em sala de aula e conseguirá competir no mercado de trabalho por empregos mais qualificados e melhor remunerados. O que se observa no ensino básico público no Brasil é que apesar das crianças e jovens frequentarem a escola, eles muitas vezes saem do Ensino Fundamental e Médio sem um bom domínio da leitura e da escrita. Assim, ainda que o PBF contribua para a inserção das crianças e jovens na rede de ensino, ele não se configura como uma política educacional que promova a superação do ciclo intergeracional da pobreza via educação, que pressupõe ações relativas à qualidade do ensino que extrapolam os aspectos limitados de incentivo seletivo embutidos na condicionalidade educacional do BF.

Assim, apesar dessa condicionalidade garantir aos beneficiários um direito constitucional que nem sempre é efetivado – a educação – a exigência dessa condicionalidade pode e tem levado algumas famílias, em maior situação de vulnerabilidade, a perder o benefício, que tem como função combater a pobreza. Apesar de 99.000 famílias desligadas parecerem pouco em relação aos quase 12 milhões que recebem o benefício, são em média 300 mil a 400 mil pessoas que podem ter retornado a uma situação de insegurança alimentar. Em contrapartida, observa-se por parte do governo tentativas de consolidação de uma rede de proteção social em torno dessas famílias,

para evitar que justamente estas, em maior situação de vulnerabilidade social, sejam desligadas do programa, entretanto, essa iniciativa ainda não tem o alcance desejável.

A atual política de erradicação da pobreza proposta, recentemente, pelo governo federal prioriza as estratégias de inclusão produtiva como *portas de saída* dos PTCRs enfatizando a necessidade de uma solução de mercado-público ou privado para a questão de superação da extrema pobreza. Ou seja, os efeitos das condicionalidades de educação e saúde do Bolsa Família agregados a políticas sociais específicas de alavancagem social e econômica dos mais pobres se configuram numa solução definitiva e estrutural da questão da pobreza. Por outro lado, como demonstra esse estudo é indispensável à implementação de processos de geração de maior equidade social com políticas focalizadas para os grupos sociais com maior grau de vulnerabilidade que, provavelmente, não são portadores do capital social e cultural suficientes para uma inserção qualificada no mercado de trabalho e consolidação de sua autonomia em condições adequadas para usufruírem das *benefices* da modernização econômica e social, em curso, no país. Assim, a proposição extraída desse estudo aponta para a necessidade de ampliação significativa do incentivo seletivo (transferência de renda/ bolsa escola) para os grupos sociais mais vulneráveis: adolescentes entre 15 e 17 anos, negros, dos moradores da área rural e das crianças e jovens do sexo masculino associada a uma intensa melhoria da qualidade da política/programas de educação em Minas Gerais e no Brasil, para a efetiva garantia de sua inclusão escolar e demais efeitos educacionais inerentes ao processo de escolarização.

Submetido em 30 de julho de 2011 e aceito para publicação em 16 de novembro de 2011

Referências

AGUIAR, M.; ARAÚJO, C. H. *Bolsa-Escola: Educação para enfrentar a pobreza*. Brasília: Unesco, 2002, p. 152. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129723m.pdf>>. Acessado em: 22/04/2011.

BECKER, S., ICHINO, A. Estimation of average treatment effects based on propensity scores. *The Stata Journal*, v. 2, n. 4, p. 358-377, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família: sumário executivo*. Brasília: MDS/Cedeplar, 2007, 20 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Brasília: MDS, 2011. Relatório de Informações Sociais Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acessado em: 27/06/2011.

_____. *Nota Técnica nº 110/2010/DA/SAGI/MDS*. Brasília: MDS, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2010/agosto/arquivos/nt-110-2010-sintese-aibf-2a-rodada-educacao-e-saude-2.pdf>>. Acessado em: 26/04/2011.

BRASIL. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Programa Bolsa Família. *Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*, out./2010. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/documentos/transferencia-de-renda/programa-bolsa-familia-apresentacao-mds>>. Acessado em: 15/04/2011.

BROOKE, N.; SOARES, J. F. *Pesquisa em eficácia escolar: origens e trajetórias*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CARVALHO, Marília Pinto de. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 185-193, jan./jun. 2003.

CASTRO, F. J. R. O Cras nos Planos de Assistência Social: padronização, descentralização e integração. In: BRASIL. *Capacita Suas* V. 3. Brasília: MDS, 2008, p. 75-104.

CURRALERO, C. B.; SILVA, A. M.; XIMENES, D. A.; VASCONCELLOS, B. P. A.; AQUINO, K. K. N. C.; OLIVEIRA, K.

S.; SILVA, A. C. F.; NILSON, E. A. F. As condicionalidades do Programa Bolsa Família In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (orgs.). *Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios*. Brasília: Ipea, 2010. p. 151-173.

DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma Lino. *Juventude no Brasil: questões e desafios*. 2008. mimeo. Disponível em: <http://api.ning.com/files/HWLMz-y5imQnWcQGmD1DrYGy* PApkOH1w55cKssnVqq28 fX4NCuVFdhI*YZ68O5UKxSauIXTf-12yfgrhB-xtG9MwBk954 x/AjuventudenoBrasilquestesedesafios.pdf>. Acessado em: 20/12/2010.

DIPRETE, T.; GANGL, M. Assessing bias in the estimation of causal effects: Rosenbaum bounds on matching estimators and instrumental variables estimation with imperfect instruments. *Sociological Methodology*, v. 34, n. 1, p. 271-310, dez. 2004.

DUARTE, G. B.; NETO, R M. S. Avaliando o Impacto do Programa Bolsa Família sobre a Frequência Escolar: o Caso da Agricultura Familiar no Nordeste do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36, 2008. Niterói. Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia. Niterói: Anpec, 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200806301113020-.pdf>>. Acessado em: 20/12/2010.

INEP. *Fontes em educação: guia para jornalistas*. Brasília: Fórum Mídia & Educação, 2001. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp?te1=31674&te2=147177&te3=1212_53&te4=121331&te5=121332&te6=121080&te7=96654&te8=102622&te9=149884>. Acessado em: 26/11/2009.

_____. *Sinopse estatística 2009*. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/sinopse/sinopse.asp>>. Acessado em: 23/12/2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad): Síntese de Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf>. Acessado em: 12/04/2011.

LUZ, L. S. *O impacto da repetência na proficiência escolar: uma análise longitudinal do desempenho de repetentes em 2002-2003*. Dissertação

de mestrado em Demografia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza. *Perspectiva*. v. 23, n. 02, p. 279-301. Florianópolis, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br/gestrado/files/artigos/reguldapobreza.pdf>>. Acessado em: 12/04/2011.

REIMERS, F.; SILVA, C.D.; TREVINO, E. *Where Is The "Education" In Conditional Cash Transfers In Education?* Montreal: Unesco, 2006. Disponível em: <http://www.uis.unesco.org/TEMPLATE/pdf/EducGeneral/WP4_Reimers.pdf>. Acessado em: 7/09/2010.

RESENDE, Anne Caroline Costa; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de. Avaliando resultados de um programa de transferência de renda: o impacto do Bolsa-Escola sobre os gastos das famílias brasileiras. *Estud. Econ.*, v. 38, n. 2, p. 235-265, São Paulo, abr./jun. 2008.

ROMERO, J. A. R.; HERMETO, A. M. Avaliação de impacto do Programa Bolsa Família sobre Indicadores Educacionais: uma abordagem de regressão descontínua. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 37, 2009, Foz o Iguaçu. Anais do XXXVII Encontro Nacional de Economia. Foz do Iguaçu: Anpec, 2009. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2009/inscricao.on/arquivos/000-c1356554aa37dfe2e7daa6708e30ba7d.doc>>. Acessado em: 22/04/2011.

SCHWARTZMAN, S. Bolsa Família: Mitos e Realidades. *Interesse Nacional*, Ano 2, n. 7, p. 20-28, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/bolsa09.pdf>>. Acessado em: 7/09/2010.

SOARES, J. F. Implementação de cotas na UFMG para alunos egressos de escolas públicas. In: Peixoto, M.do C de L. (org) *Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à universidade pública*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SOARES, S.; RIBAS, R. P.; OSÓRIO, R. G. *Evaluating the Impact of Brazil's Bolsa Família: Cash Transfer Programmes in Comparative Perspective*. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/IPCEvaluationNote1.pdf>>. Acessado em: 22/12/2010.

SOARES, S.; RIBAS, R. P.; OSÓRIO, R. G. *Focalização e cobertura do Programa Bolsa Família: qual o significado dos 11 milhões de famílias?* Rio de Janeiro: Ipea, 2009. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1396.pdf>. Acessado em: 20/12/2010.

SOARES, S.; SÁTYRO, N. *O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras*. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1424.pdf>. Acessado em: 23/12/2010.

TEIXEIRA, S. M. Trabalho interdisciplinar nos Cras: um novo enfoque e trato à pobreza? *Textos & Contextos*, v. 9, n. 2, p. 286-297, ago./dez./2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7032/578>>. Acessado em: 14/04/2011.